

## ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março	7
Decreto-Lei nº 200/2004, de 18 de agosto	25
TÍTULO I Disposições introdutórias	27
CAPÍTULO I Disposições gerais	27
CAPÍTULO II Processo especial de revitalização	33
TÍTULO II Declaração da situação de insolvência	44
CAPÍTULO I Pedido de declaração de insolvência	44
SECÇÃO I Legitimidade para apresentar o pedido e desistência	44
SECÇÃO II Requisitos da petição inicial	46
CAPÍTULO II Tramitação subsequente	49
CAPÍTULO III Sentença de declaração de insolvência e sua impugnação	52
SECÇÃO I Conteúdo, notificação e publicidade da sentença	52
SECÇÃO II Impugnação da sentença	57
CAPÍTULO IV Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	58
TÍTULO III Massa insolvente e intervenientes no processo	58
CAPÍTULO I Massa insolvente e classificações dos créditos	58
CAPÍTULO II Órgãos da insolvência	62
SECÇÃO I Administrador da insolvência	62
SECÇÃO II Comissão de credores	67
SECÇÃO III Assembleia de credores	69
TÍTULO IV Efeitos da declaração de insolvência	72
CAPÍTULO I Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	72
CAPÍTULO II Efeitos processuais	75
CAPÍTULO III Efeitos sobre os créditos	76
CAPÍTULO IV Efeitos sobre os negócios em curso	80
CAPÍTULO V Resolução em benefício da massa insolvente	88

TÍTULO V Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens	91
CAPÍTULO I Verificação de créditos	91
CAPÍTULO II Restituição e separação de bens	96
CAPÍTULO III Verificação ulterior	97
TÍTULO VI Administração e liquidação da massa insolvente	99
CAPÍTULO I Providências conservatórias	99
CAPÍTULO II Inventário, lista de credores e relatório do administrador da insolvência	101
CAPÍTULO III Liquidação	102
SECÇÃO I Regime aplicável	102
SECÇÃO II Dispensa de liquidação	107
TÍTULO VII Pagamento aos credores	107
TÍTULO VIII Incidentes de qualificação da insolvência	112
CAPÍTULO I Disposições gerais	112
CAPÍTULO II Incidente pleno de qualificação da insolvência	113
CAPÍTULO III Incidente limitado de qualificação da insolvência	115
TÍTULO IX Plano de insolvência	116
CAPÍTULO I Disposições gerais	116
CAPÍTULO II Aprovação e homologação do plano de insolvência	123
CAPÍTULO III Execução do plano de insolvência e seus efeitos	126
TÍTULO X Administração pelo devedor	136
TÍTULO XI Encerramento do processo	138
TÍTULO XII Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	142
CAPÍTULO I Exoneração do passivo restante	142
CAPÍTULO II Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas	149
SECÇÃO I Disposições gerais	149
SECÇÃO II Plano de pagamentos aos credores	149
SECÇÃO III Insolvência de ambos os cônjuges	155
TÍTULO XIII Benefícios emolumentares e fiscais	156
TÍTULO XIV Execução do Regulamento (CE) nº 1346/2000, do Conselho, de 29 de Maio	158
TÍTULO XV Normas de conflitos	158
CAPÍTULO I Disposições gerais	158
CAPÍTULO II Processo de insolvência estrangeiro	161
CAPÍTULO III Processo particular de insolvência	163
TÍTULO XVI Indiciação de infracção penal	164
TÍTULO XVII Disposições finais	165

## LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

RERE – REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 8/2018, de 2 de março	169
CAPÍTULO I Disposições gerais	169

CAPÍTULO II Negociação do acordo de reestruturação	171
SECÇÃO I Sujeição das negociações ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	171
SECÇÃO II Efeitos do depósito do protocolo de negociação	174
SECÇÃO III Negociação do acordo de reestruturação	176
SECÇÃO IV Encerramento	177
CAPÍTULO III Acordo de reestruturação	178
SECÇÃO I Conteúdo, forma e depósito	178
SECÇÃO II Efeitos do acordo de reestruturação	180
SECÇÃO III Incumprimento do acordo de reestruturação	182
CAPÍTULO IV Alteração aos Códigos do IRC e do IVA	183
CAPÍTULO V Responsabilidade dos administradores judiciais	183
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	184
 ESTATUTO DO MEDIADOR DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 6/2018, de 22 de fevereiro	187
CAPÍTULO I Disposições gerais	187
CAPÍTULO II Acesso à atividade	188
CAPÍTULO III Atividade dos mediadores	195
CAPÍTULO IV Remuneração e pagamento do mediador	197
CAPÍTULO V Disposições complementares e finais	197
 REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
Lei nº 7/2018, de 2 de março	201
 ESTATUTO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL	
Lei nº 22/2013, de 26 de fevereiro	207
CAPÍTULO I Disposições gerais	207
CAPÍTULO II Acesso à atividade	208
CAPÍTULO III Direitos e deveres dos administradores judiciais	212
CAPÍTULO IV Atividade dos administradores judiciais	214
CAPÍTULO V Regime sancionatório	215
CAPÍTULO VI Remuneração e pagamento do administrador judicial	218
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	223
 REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DE ADMINISTRADORES DA INSOLVÊNCIA	
Decreto-Lei nº 54/2004, de 18 de março	227
 REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DO ADMINISTRADOR DA INSOLVÊNCIA EM CASO DE NOMEAÇÃO PELO JUIZ	
Portaria nº 51/2005, de 20 de janeiro	231

MODELOS DOS ANEXOS AO PLANO DE PAGAMENTOS AOS CREDORES EM PROCESSO DE INSOLVÊNCIA DE PESSOAS SINGULARES Portaria nº 1039/2004, de 13 de agosto	235
REGIME GERAL DE PREVENÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro	239
CAPÍTULO I Disposições gerais	241
CAPÍTULO II Gestão do risco de incumprimento	244
SECÇÃO I Deveres gerais	244
SECÇÃO II Procedimentos para a gestão das situações de risco de incumprimento	246
CAPÍTULO III Regularização das situações de incumprimento	248
SECÇÃO I Procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento	248
SECÇÃO II Mediação	254
CAPÍTULO IV Rede extrajudicial de apoio a clientes bancários	255
SECÇÃO I Entidades que integram a rede	255
SECÇÃO II Atuação das entidades que integram a rede	256
SECÇÃO III Informação e formação financeira pelas entidades que integram a rede	258
CAPÍTULO V Disposições complementares, transitórias e finais	259
REGIME E PROCEDIMENTO APLICÁVEIS AO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM A REDE EXTRAJUDICIAL DE APOIO A CLIENTES BANCÁRIOS Portaria nº 2/2013, de 2 de janeiro	263
DEVERES A OBSERVAR PELAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO Aviso do Banco de Portugal nº 7/2021, de 20 de dezembro	273
CAPÍTULO I Disposições gerais	274
CAPÍTULO II Gestão do incumprimento de contratos de crédito	275
SECÇÃO I Disposições comuns	275
SECÇÃO II Gestão do risco de incumprimento	277
SECÇÃO III Regularização extrajudicial das situações de incumprimento	279
CAPÍTULO III Reporte de informação ao Banco de Portugal	280
ANEXO I Informação a divulgar ao público sobre o incumprimento de contratos de crédito e a rede de apoio ao consumidor endividado	281
ANEXO II Modelo de documento informativo que deve acompanhar a comunicação de início do PERSI	283

ARTICULAÇÃO ENTRE O PERSI E O REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO À HABITAÇÃO	
Carta-Circular do Banco de Portugal nº 93/2012/DSC, de 28 de dezembro	285
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA	
Decreto-Lei nº 105/2004, de 8 de maio	289
Decreto-Lei nº 85/2011, de 29 de junho	293
TÍTULO I Disposições gerais	297
TÍTULO II Penhor financeiro	301
TÍTULO III Alienação fiduciária em garantia	303
TÍTULO IV Liquidação e saneamento	303
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	305
PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA	
Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015	307
CAPÍTULO I Disposições Gerais	324
CAPÍTULO II Reconhecimento do Processo de Insolvência	333
CAPÍTULO III Processo de Insolvência Secundário	339
CAPÍTULO IV Informação dos Credores e Reclamação dos respetivos Créditos	347
CAPÍTULO V Processos de Insolvência relativos a Membros de um Grupo de Sociedades	350
SECÇÃO 1 Informação e comunicação	350
SECÇÃO 2 Coordenação	353
SUBSECÇÃO 1 Procedimento	353
SUBSECÇÃO 2 Disposições gerais	356
CAPÍTULO VI Proteção de Dados	359
CAPÍTULO VII Disposições Transitórias e Finais	361
ANEXO A Processos de insolvência a que se refere o artigo 2º, ponto 4	366
ANEXO B Administradores da insolvência a que se refere o artigo 2º, ponto 5	370
ANEXO C Regulamento revogado e suas sucessivas alterações	374
ANEXO D Tabela de correspondência	374
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DEVEDORES	
Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, de 25 de outubro	379

REGIME DA APROPRIAÇÃO DO BEM EMPENHADO  
NO PENHOR MERCANTIL

Decreto-Lei nº 75/2017, de 26 de junho

385

## SUMÁRIO

CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março	7
Decreto-Lei nº 200/2004, de 18 de agosto	25

## LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

RERE – REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 8/2018, de 2 de março	169

ESTATUTO DO MEDIADOR DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 6/2018, de 22 de fevereiro	187

REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
Lei nº 7/2018, de 2 de março	201

ESTATUTO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL	
Lei nº 22/2013, de 26 de fevereiro	207

REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DE ADMINISTRADORES DA INSOLVÊNCIA	
Decreto-Lei nº 54/2004, de 18 de março	227

REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DO ADMINISTRADOR DA INSOLVÊNCIA EM CASO DE NOMEAÇÃO PELO JUIZ	
Portaria nº 51/2005, de 20 de janeiro	231

MODELOS DOS ANEXOS AO PLANO DE PAGAMENTOS AOS CREDORES EM PROCESSO DE INSOLVÊNCIA DE PESSOAS SINGULARES	
Portaria nº 1039/2004, de 13 de agosto	235

REGIME GERAL DE PREVENÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro	239
REGIME E PROCEDIMENTO APLICÁVEIS AO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM A REDE EXTRAJUDICIAL DE APOIO A CLIENTES BANCÁRIOS Portaria nº 2/2013, de 2 de janeiro	263
DEVERES A OBSERVAR PELAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO Aviso do Banco de Portugal nº 7/2021, de 20 de dezembro	273
ARTICULAÇÃO ENTRE O PERSI E O REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE CRÉDITO À HABITAÇÃO Carta-Circular do Banco de Portugal nº 93/2012/DSC, de 28 de dezembro	285
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA Decreto-Lei nº 105/2004, de 8 de maio	289
Decreto-Lei nº 85/2011, de 29 de junho	293
PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015	307
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DEVEDORES Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, de 25 de outubro	379
REGIME DA APROPRIAÇÃO DO BEM EMPENHADO NO PENHOR MERCANTIL Decreto-Lei nº 75/2017, de 26 de junho	385
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	389
ÍNDICE-SUMÁRIO	397
SUMÁRIO	403



# BDJUR

## BASE DE DADOS JURÍDICA

**LEGISLAÇÃO** **CÓDIGOS** **JURISPRUDÊNCIA** **FORMULÁRIOS** **EUR-LEX** **DICIONÁRIO** **FÓRUM JURÍDICO**

**[bdjur.almedina.net](http://bdjur.almedina.net)**

## **QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?**

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

### **PARA MAIS INFORMAÇÕES**

**[assinaturas@bdjur.almedina.net](mailto:assinaturas@bdjur.almedina.net)**

**213 190 243**

**916 141 786**

